



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2018

(Da Sra. Erika Kokay e do Sr. Jean Wyllys)

Requer a convocação do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. **ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR**, para prestar esclarecimentos sobre a transferência de recursos destinados às Políticas para as Mulheres, para a Secretaria de Comunicação (SECOM).

Senhor (a) Presidente,

Requeremos, com fundamento no Art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal e no Art. 24, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, **SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR**, para prestar esclarecimentos sobre a transferência de aproximadamente 22 milhões de reais, destinados a Políticas de Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres para a Secretaria de Comunicação (SECOM), por meio da Portaria MP nº 75, de 10 de abril de 2018,

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com reportagem publicada no Portal da Revista Fórum, no último dia 18 de abril, “às vésperas das eleições, governo retirou mais de 208 milhões que iriam para a Saúde, reforma agrária e políticas de combate à violência contra a mulher e repassou os recursos para a Secom, pasta responsável pela propaganda oficial”.

Essa informação é alarmante, uma vez que as políticas para as mulheres têm passado por um processo sistemático de desmonte, desde que Michel Temer assumiu a Presidência, vide a drástica queda de mulheres no alto escalão do governo, os sucessivos rebaixamentos da Secretaria de Políticas para as Mulheres e de sua coordenação, os cortes orçamentários e a baixa visibilidade da pauta das mulheres na agenda pública do Governo Federal.

Somada à ofensiva fundamentalista promovida por parlamentares da Câmara e do Senado, essa onda regressiva que atinge tanto as políticas públicas quanto os



Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Erika Kokay

direitos historicamente conquistados pelas mulheres, tem ampliado sobremaneira a vulnerabilidade feminina face à pobreza e à violência.

Considerando que saúde e reforma agrária também são políticas que beneficiam prioritariamente as mulheres, o montante de recursos desviado de políticas de interesse direto das mulheres chega a 120 milhões de reais, que, segundo a Portaria MP nº 75, de 10 de abril de 2018, deverão ser aplicados na publicidade do Governo. A suplementação orçamentária para essa finalidade vai além desse montante, atingindo 208 milhões de reais e comprometendo políticas de outras áreas, como transporte.

Considerando que cabe às Comissões Permanentes desta Casa a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo (Art. 24, XI, RICD), e que as políticas atingidas pela referida portaria integram as matérias de competência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Art. 32, XXIV), é que apresentamos o presente requerimento.

Pelo exposto, contamos com o apoio da(o)s nobres para sua aprovação.

Sala das Comissões, de de 2018.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

Deputado **JEAN WYLLYS-PSOL/RJ**